

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO CONSULTIVO DO PARQUE NACIONAL DA SERRA DOS ÓRGÃOS – ICMBio

Aos 09 (nove) dias do mês de dezembro de 2020 (dois mil e vinte), 23 (vinte e três) representantes das entidades integrantes do Conselho Consultivo do Parque Nacional da Serra dos Órgãos (CONPARNASO) mais 12 (doze) convidados, conforme registros de presença em videoconferência, estiveram reunidos por meio do aplicativo software livre Google Meet. A reunião foi convocada através do Ofício SEI nº 225/2020-NGI ICMBio Teresópolis, de 02 de dezembro de 2020, expedido pelo Presidente do CONPARNASO Leandro do Nascimento Goulart, tendo como pauta: 1) Aprovação do calendário de reuniões ordinárias em 2021; 2) Apresentação da proposta de limites e normas para a Zona de Amortecimento do PARNASO, resultado dos trabalhos da Câmara Temática Temporária instituída para este fim; 3) Eleição de três representantes para participação no fórum de planejamento do NGI Teresópolis, a ser realizado em março de 2021; 4) Informes do Encontro Saúde Ambiental e Conservação da Biodiversidade; 5) Informes das Câmaras Temáticas e Informes Gerais. O Secretário Executivo do CONPARNASO Marcus Gomes (ICMBio) fez a abertura às 09h15min cumprimentando os participantes e solicitando que registrem presença através do chat; justificou que o Presidente do Conselho chegaria com atraso à reunião em função de necessidade imprevista de serviço; informou que a ata da reunião anterior foi aprovada por correio eletrônico e solicitou a ratificação dos presentes, não havendo manifestação contrária à aprovação; por fim, anunciou os pontos de pauta a serem tratados na reunião. Marcus iniciou então a pauta 1) Aprovação do calendário de reuniões ordinárias em 2021, lembrando que o Regimento Interno do Conselho no Art. 18 estabelece a frequência trimestral das reuniões ordinárias, com a possibilidade de convocação de reuniões extraordinárias a qualquer tempo, por iniciativa da Presidência ou por solicitação de pelo menos 1/3 dos membros do Conselho; assim, apresentou as seguintes datas, correspondentes às segundas quartas-feiras dos meses múltiplos de três: 10 de março, 09 de junho, 08 de setembro e 08 de dezembro. Cristina Lydia (Rede de Educação Ambiental da Serra dos Órgãos - REASO) indagou quando e por que as reuniões ordinárias deixaram de ser bimestrais, ao que Marcus informou que na revisão do Regimento Interno do CONPARNASO, em junho de 2018, o Conselho debateu a matéria e entendeu que não eram necessárias seis reuniões ordinárias por ano, reduzindo para quatro, vislumbrando a possibilidade de requerer reuniões extraordinárias sempre que houver premência. Cristina propôs a reavaliação do assunto, entendendo que reuniões mais frequentes podem resultar em melhor acompanhamento da gestão e debates mais aprofundados no Conselho, e pediu inclusão do tema na próxima pauta. Selma Vianna (Set Produções) pediu informações sobre a renovação da composição do Conselho, sendo informada que a atual composição tomou posse em dezembro de 2019, com mandato até dezembro de 2021; Marcus informou também que a homologação da renovação de Conselhos voltou a ficar centralizada pela administração central do Instituto Chico Mendes, o que tem demorado alguns meses, e sugere que a oficina de renovação seja realizada antes de dezembro, tendo em vista que a posse só pode ser dada aos novos conselheiros após a devida homologação. Dados esses esclarecimentos, o Conselho foi consultado sobre o calendário de reuniões ordinárias apresentado, sendo então aprovadas as datas acima. Encerrada esta etapa, passou-se ao ponto de pauta 2) Apresentação da proposta de limites e normas para a Zona de Amortecimento (ZA) do PARNASO, resultado dos trabalhos da Câmara Temática (CT) Temporária instituída para este fim; Marcus iniciou com um breve histórico das atividades da CT, que foi

criada pelo CONPARNASO em sua última reunião ordinária, em setembro de 2020, para assessorá-lo na formulação da proposta de ZA, agora submetida à aprovação do Conselho; Marcus descreveu os conteúdos das três reuniões realizadas e lembrou que suas atas foram enviadas ao Conselho por correio eletrônico; ressaltou as valiosas contribuições de seus membros, em especial a participação de técnicos dos quatro Municípios envolvidos, que, a despeito de não possuírem dados digitalizados e georreferenciados sobre as áreas urbanas consolidadas, trouxeram dados fundamentais sobre o ordenamento do uso do solo; enalteceu também a atuação dos representantes da sociedade civil, que formularam propostas de inclusão na ZA de áreas das localidades do Vale do Rio Sertão, em Magé, da Barreira e da Caneca Fina, em Guapimirim, e do Quebra Frascos, em Teresópolis. Relembrou também os critérios adotados para o traçado da ZA, quais sejam: a) critérios para a delimitação e inclusão de áreas na ZA: áreas florestais contíguas ao Parque, microbacias hidrográficas dos rios que nascem no Parque, UC de uso sustentável existentes no entorno, áreas prioritárias para a conservação ou restauração florestal assim definidas pelo Ministério do Meio Ambiente e pelo Instituto Estadual do Ambiente e áreas de preservação permanente (APP); e b) critérios para exclusão da ZA: áreas urbanas consolidadas e UC de proteção integral. Bernardo Brito (Coordenação-Geral de Criação, Avaliação e Planejamento de Unidades de Conservação - CGCAP/ICMBio) deu continuidade apresentando sua análise do processo de proposição da ZA do PARNASO; iniciou sua fala destacando as singularidades dessa construção, a qual está inserida em uma demanda judicial, em um contexto de pandemia, em um Parque de grande importância no cenário da conservação da biodiversidade; afirmou que o processo foi muito bem conduzido pela equipe do PARNASO, com a participação de conselheiros e parceiros que conhecem muito bem a região; lembrou do posicionamento da Casa Civil da Presidência da República de que as ZA devem ser instituídas por decreto, ainda que, historicamente, as ZA fossem definidas nos respectivos Planos de Manejo das Unidades de Conservação; afirmou que o principal aspecto da ZA que se deve ter em mente é seu objetivo de amortecer os impactos ambientais sobre a Unidade de Conservação provenientes das atividades realizadas em seu entorno; ressaltou que já participou de outros processos de definição de ZA e que o caso do PARNASO sobressai pela participação muito qualificada dos conselheiros que participaram da CT Temporária e que conhecem bem o território e o ambiente, dos voluntários Philippe Ribeiro (Engenheiro Ambiental e Sanitarista) e Gabriel Amaral (Engenheiro Florestal) que produziram os mapas georreferenciados, bem como de servidores especializados em pesquisa, licenciamento e outros temas da gestão ambiental pública, gerando uma proposta bastante interessante pela sua adequação às especificidades do território e pela conectividade que promove com outras unidades de conservação diretamente relacionadas ao PARNASO. Convidado a apresentar os resultados da CT, Breno Herrera (ICMBio) agradeceu a Bernardo pelo acompanhamento e apoio da Coordenação-Geral ao processo e enalteceu a adesão voluntária de conselheiros e demais interessados à CT, que contribuíram com estudos, documentos e sugestões, inclusive nos períodos entre as reuniões. Breno destacou a dinâmica dos trabalhos da CT que, partindo de formulações preliminares da equipe técnica do ICMBio, analisou cada aspecto do formato espacial e das normas da ZA, com a pactuação de prazos para apresentação de documentação e acolhimento das propostas pela equipe técnica nos intervalos entre as reuniões, quando não aprofundadas nas próprias reuniões; a equipe do ICMBio, por sua vez, fazia a análise técnica e dava retorno ao conjunto da CT na reunião seguinte. Ainda em sua fala, Breno aprofundou os fundamentos que sustentaram os critérios adotados para inclusão e exclusão de áreas na ZA, assinalando as relações entre os processos ecológicos e ambientais nas áreas de matas contíguas ao Parque e a Unidade de Conservação propriamente dita, tais como fluxos de

fauna e propagação de incêndios florestais; assinalou também os benefícios do exercício da gestão ambiental por microbacias hidrográficas, e a importância de gerir a UC em conjunto com as APP e as áreas prioritárias para conservação de seu entorno. Breno lembrou que a exclusão de UC de proteção integral visa a respeitar o pacto federativo, evitando sobreposição de competências administrativas, o que também foi justificativa para a exclusão de zonas urbanas consolidadas, cuja gestão é de atribuição típica dos Municípios. Passando a apresentar tabelas e imagens produzidas a partir dos trabalhos da CT (apresentação em anexo), Breno apontou as áreas urbanas consolidadas excluídas da ZA e reafirmou que os Municípios não dispunham de bases de dados digitalizados e georreferenciados sobre as zonas urbanas consolidadas, motivo pelo qual a equipe técnica utilizou os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Projeto de Mapeamento Anual da Cobertura e Uso do Solo do Brasil (MapBiomas), este produzido por uma rede colaborativa formada por universidades, institutos de pesquisa, organizações não-governamentais e empresas de tecnologia. Ao final do processo, segundo Breno, esses dados passaram por um refinamento para acompanhar características do território, evitar reentrâncias que dificultam a gestão e facilitar a identificação do traçado da ZA em campo, tais como arruamentos, linhas de drenagem e curvas de nível. Comparando as imagens da ZA proposta em 2008 e a proposta atual, Breno atestou a dinâmica do território, que se transformou na última década, e apontou as áreas florestais excluídas da ZA, que são matas já protegidas pelo Parque Estadual dos Três Picos, pelo Parque Natural Municipal das Montanhas de Teresópolis e pelo Refúgio de Vida Silvestre da Serra da Estrela; apontou também as florestas contíguas ao Parque, incluídas na ZA. Ao final da apresentação, Breno mais uma vez enalteceu o trabalho de excelência ofertado pelos Engenheiros Philippe Ribeiro (Engenheiro Ambiental e Sanitarista) e Gabriel Amaral (Engenheiro Florestal), participantes do Programa de Voluntariado do PARNASO, que produziram as imagens e dados georreferenciados do traçado da ZA. Alexandre de Almeida (Instituto Tecnoarte) indagou sobre uma invaginação no formato da ZA, próximo ao vale do rio Sertão, ao que Breno respondeu que o referido vale foi assimilado à ZA, conforme proposto pelos conselheiros participantes da CT, mostrando que a referida invaginação representa a área urbana de Andorinhas, distrito de Santo Aleixo, município de Magé. Clarisse Isnard (Associação de Moradores da Cascata dos Amores) pediu esclarecimento pois não conseguiu visualizar com clareza no mapa se a proposta exclui da ZA o bairro da Cascata dos Amores, em Teresópolis, e afirmou que os moradores preferem que o bairro continue na ZA, enfatizando que seguem lutando pela sua preservação na Câmara dos Vereadores e no Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Breno respondeu que, tal como nas demais regiões, foram excluídas da ZA as áreas mais urbanizadas do bairro e incluídas as florestas contíguas. Leo Bittencourt (Associação de Amigos e Colaboradores do PARNASO) discorreu sobre um grande empreendimento imobiliário na Rua Diogo José Ponciano, bairro do Alto, município de Teresópolis, para o qual o Parque manifestou “nada a opor”, e indagou se o Parque manterá um posicionamento mais permissivo quando a ZA for decretada, ao que Breno respondeu que neste caso, como em qualquer outro, o Parque Nacional se manifesta tecnicamente acerca dos impactos dos empreendimentos sobre a biota da unidade de conservação e, no futuro, deverá se manifestar também acerca da adequação às normas da ZA, independentemente dos possíveis impactos urbanísticos ou problemas ambientais que não afetem a biota do Parque, os quais fogem à competência da administração federal. Renata Gouveia (Associação de Moradores do Quebra Frascos) expressou dúvida quanto à baixa resolução das imagens de zona urbana do IBGE, e perguntou se caberia revisão no caso do bairro Quebra Frascos, em Teresópolis. Breno respondeu que os dados do IBGE e do MapBiomas têm uma escala nacional e não

são tão precisos em escala municipal, e que, por isso, a equipe técnica fez uma análise e um detalhamento em cada bairro para identificar, com base na experiência de campo dos técnicos e nas imagens de satélite, as áreas urbanas a serem excluídas e as matas contíguas a serem incluídas na ZA. Dados os esclarecimentos, Breno convidou Luciana Mota (Coordenação de Elaboração e Revisão de Planos de Manejo - COMAN/ICMBio) a apresentar as normas construídas pela CT (documento em anexo); Luciana lembrou que apresentou à CT uma proposta inicial partindo de um compilado de normas organizadas por temas, com base na proposta de ZA do Plano de Manejo de 2008, bem como em normas de zonas de amortecimento de outras UC do ICMBio, que já contam com o aval jurídico da Procuradoria Federal Especializada no instituto; deste arcabouço inicial, a CT trabalhou cada norma, acatando-as ou reformulando-as, ou ainda, sugerindo inclusão e exclusão de normas. Luciana destacou que, sempre que houvera legislação vigente sobre determinado tema, a equipe procurou absorver seus conceitos e definições. Luciana fez a leitura integral do documento, fazendo esclarecimentos pontuais quando solicitados. François de Paiva (União de Caminhantes e Escaladores Rio de Janeiro - UNICERJ) pediu esclarecimento quanto à atividade de captação de água na ZA, tendo em vista que o item 4 do tema “Uso da terra”, que estabelece regramento restritivo para canalização, retificação, represamento e barramento de cursos d'água, nada menciona sobre captação; François pergunta também como será efetivada a obrigatoriedade de tratamento de esgoto sanitário mencionada no item 5 do mesmo tema, lembrando que tal obrigatoriedade foi prevista no Plano Lúcio Costa para a Barra da Tijuca, município do Rio de Janeiro, sendo efetivamente implantada mais de 30 anos depois daquele Plano; por fim, François indaga como será comunicada a nova ZA aos moradores do entorno do Parque. A respeito desta comunicação, Breno responde que, findada a atual etapa de consulta e participação dos atores locais para a definição de formato e normas da ZA, teremos até março a produção de memorial descritivo e uma fase de análise jurídica, para então seguir para publicação de Decreto; a partir de então, a comunicação será feita em todos os canais oficiais do Parque, tais como site e redes sociais, sendo muito bem-vindo o auxílio de todas as instituições-membro do Conselho nesta divulgação. Sobre o tratamento de esgoto, Breno respondeu que a partir da publicação do Decreto, passa a ser possível ao Parque negar anuência à licença ambiental do empreendimento que não cumprir a regra. Sobre captações, Luciana respondeu que o assunto não está contemplado nas normas já que a restrição a barramentos se justificou pelo impacto sobre a fauna aquática migratória, entretanto François entende que é uma temática importante e deve ser regrada, citando o caso do povo Caiçara, que atuou fortemente para o regramento das captações de água no Saco do Mamanguá, município de Paraty. Alexandre de Almeida (Instituto Tecnoarte) lembrou a grande ocorrência de barragens que servem à captação de água e indagou se essas barragens deverão ser desfeitas. Breno sugeriu então o acolhimento da proposta de François com a inclusão do termo “captação” no referido item 4, lembrando que o item proíbe as intervenções “que causem impacto biota da UC”, o que pode permitir pequenas intervenções domésticas, mas previne atividades de maior porte. O Conselho aprovou a inclusão. Antonio Seixas (Ordem dos Advogados do Brasil - OAB Magé/Guapimirim), indagou se haveria uma distinção entre captação doméstica e captação industrial que pudesse ser explicitada no documento. Breno respondeu que os usos estimulados da ZA estão referenciados no item 1 das “Normas Gerais”, e que as atividades industriais, ainda que não proibidas, são desestimuladas na ZA e estão sujeitas a todas as regras de licenciamento ambiental, que incluem regramentos para captação de água para uso industrial, bem como a consulta à UC acerca dos seus possíveis impactos. Antonio concordou que a redação das normas da ZA já contempla a questão. Continuando o debate sobre as normas da ZA, Rafael Rezende (BR

Ecotur Adventure) citou o item 1 das “Normas Gerais”, afirmando que as atividades prioritárias ali elencadas são melhor especificadas no conjunto do documento, o que não ocorreu com o tema do ecoturismo, sugerindo então que se faça a discussão e inclusão dos tipos de turismo que podem ser desenvolvidos na ZA; prosseguindo em sua fala, Rafael comentou sobre as proibições referentes ao uso do fogo, e sugere que se incluam normas sobre prevenção e reflorestamento. Breno respondeu que, em relação ao ecoturismo, o item 2 das “Normas Gerais” deixa claro que as atividades que se pretende estimular na ZA devem “observar princípios de mínimo impacto”, e defendeu que o ecoturismo, ainda que seja uma das mais bem vindas atividades, não deve ser excessivamente regrado a ponto de congelar suas formas de atuação. Sobre a prevenção do uso do fogo, Breno concordou com o conselheiro Rafael, porém lembrou que o tema está contemplado no item 2 da seção “Uso do fogo”, que prioriza o plano de manejo integrado do fogo, o qual deve envolver ações de prevenção, educação ambiental e uso sustentável mediante termos de compromisso e termos de ajustamento de conduta. Artur Esteves (Notur Travel) lembrou da cartilha do MMA de 1994 que trata do ecoturismo e afirmou que é preciso incentivar pesquisa sobre ecoturismo na região e estudos sobre os impactos do turismo. Marcos Werneck (Instituto Samambaia de Ciência Ambiental – ISCA) comentou que seria interessante haver um detalhamento sobre o que é permitido em atividades de ecoturismo na ZA, estipulando regras sobre capacidades de carga dos atrativos potenciais e atividades permitidas, para facilitar o planejamento dos profissionais da área e evitar futuros conflitos. Breno informou que o tema da capacidade de carga chegou a ser discutido, mas a equipe técnica entendeu que não há dados disponíveis suficientes sobre os quais pudesse basear-se, nem no âmbito da pesquisa nem no da gestão, enfatizando que os estudos existentes costumam ser bastante específicos para determinados locais em particular, bem como não há legislação concernente ao tema; e que portanto poderia ser prejudicial à atividade turística impor regras gerais sem que haja um conjunto mais consistente de conhecimentos sobre esta questão. Marcos afirmou que o tema deve ser objeto de estudos, porque a atividade precisa ter volume para adquirir viabilidade econômica para operadores do turismo e populações do entorno, o que significa a necessidade de trabalhar com ônibus e grupos grandes; Marcos propôs fazer um mapeamento dos atrativos que possibilite a definição dos locais que podem receber um turismo de baixo impacto de massa, e os que devem ter turismo de baixo impacto com pequenos grupos. Artur (Notur Travel) sugeriu que a discussão envolva a CT de Turismo e Montanhismo (CTTM/CONPARNASO), bem como a de Pesquisa e todas as demais Câmaras Temáticas, pois se trata de um tema multidisciplinar. Arthur Estevez (Associação de Guias, Instrutores e Profissionais de Escalada do Estado do RJ - AGUIPERJ) discordou de Marcos quanto às definições de turismo de baixo impacto, entendendo que o mencionado turismo de massa é predatório e não se inclui no conceito de ecoturismo; Arthur lembrou que o Parque possui um zoneamento que delimita as zonas intangíveis e com limitação de acesso ao turismo, e que já existe uma capacidade de carga definida para visitação na parte alta, com áreas limitadas para acampamento, e enfatizou que algumas áreas como o Bomfim têm proibição de acesso a ônibus. Marcos explicou que se referiu a áreas com potencial para receber grupos grandes, tais como o Caminho do Ouro e a Cachoeira Grande. Breno observou que a própria controvérsia aqui exposta sugere que o tema seja aprofundado na CTTM. Encerradas as sugestões e os pedidos de esclarecimento, Breno agradeceu a qualificada participação dos conselheiros e conselheiras no processo de construção coletiva empreendida nos últimos três meses; consultou o plenário sobre a aprovação da proposta e, não havendo manifestações contrárias, declarou sua aprovação, parabenizando o Conselho pelo resultado final dos trabalhos de definição da ZA do PARNASO. Restituída a palavra ao Secretário Executivo,

Marcus convidou Leandro Goulart (Presidente do CONPARNASO) para dar início ao ponto de pauta 3) Eleição de três representantes para participação no fórum de planejamento do NGI Teresópolis, a ser realizado em março de 2021; Leandro parabenizou o Conselho pelo fundamental trabalho de regramento da ZA, e anunciou que, conforme dito na reunião ordinária passada, quando apresentou o Regimento Interno do Núcleo de Gestão Integrada ICMBio Teresópolis (NGI Teresópolis), uma das etapas previstas de implementação do NGI é a realização de um fórum para o planejamento das ações anuais com a participação dos Conselhos das Unidades de Conservação que compõem o Núcleo. Segundo Leandro, a ideia da equipe de coordenação do NGI é realizar este fórum ao longo do primeiro semestre de 2021, de forma virtual por conta da pandemia do novo coronavírus, podendo haver várias reuniões; assim, Leandro propôs a criação de um Grupo de Trabalho (GT) com a finalidade de organizar o fórum de planejamento, composto por servidores e conselheiros, e sugeriu que cada Conselho, incluindo o CONPARNASO, indique 3 (três) membros para compor o GT, totalizando 12 (doze) conselheiros para, em conjunto com alguns servidores, formar um GT de aproximadamente 20 a 24 componentes. Leandro apresentou um esboço inicial de programação, totalmente aberto a sugestões, no qual o fórum de planejamento se organizaria em três módulos: um primeiro com o objetivo de fazer um nivelamento sobre NGI em âmbito nacional e conhecer outras experiências, um segundo módulo de contextualização das atividades que vêm sendo realizadas nas UC que compõem o NGI Teresópolis, correspondendo a uma devolutiva sobre as atividades de 2020 combinada a um resgate das atividades previstas nos respectivos Planos de Manejo, e um terceiro módulo de planejamento propriamente dito no qual traçaríamos as atividades para o biênio 2021-2022. Dessa forma, Leandro solicitou que o Conselho eleja seus representantes para compor o GT de organização do processo de planejamento, considerando a possibilidade de aprofundar os debates já feitos neste Conselho sobre o NGI Teresópolis. Rafael Rezende (BR Ecotur Adventure) colocou-se disponível. Cristina Lydia (Rede de Educação Ambiental da Serra dos Órgãos - REASO) apresentou algumas reflexões: a primeira foi a lembrança de que o CONPARNASO se colocou contrário à implantação do NGI, criando um GT para redigir a Moção aprovada na Reunião Ordinária de junho de 2020, lembrando que esta Moção deveria ser encaminhada ao Ministério Público mas até o momento tramitou apenas no âmbito do ICMBio; a segunda foi que a Ação Popular que pede a suspensão da Portaria ICMBio que cria o NGI Teresópolis ainda tramita na 1º Vara Federal de Magé e não está concluso, pedindo confirmação desta informação ao Conselheiro Antonio Seixas (OAB Magé/Guapimirim); na terceira questão, Cristina perguntou se o Conselho, ao participar do GT de planejamento, não poderia estar sinalizando que mudou sua posição; por fim, solicitou ajuda dos demais conselheiros para desenvolver estas reflexões. Leandro pediu a palavra para esclarecer que a Moção do CONPARNASO foi acostada ao processo administrativo que trata da criação do NGI, assim como as Moções dos demais Conselhos, que também se manifestaram sobre o tema; Leandro informou que não houve resposta à Moção do CONPARNASO, mas houve resposta à do Conselho da REBIO Tinguá, que não se colocou explicitamente contrário ao NGI, mas contrário à extinção da sede, e à Moção da APA Petrópolis que também se colocou contra o fechamento daquela base. Atendendo ao pedido de esclarecimento de Cristina, Antonio informou que o processo judicial mencionado está aguardando apenas a audiência de instrução para ser concluído, e que em razão da tramitação do processo, se abstém quanto à participação no fórum de planejamento do NGI. Selma Vianna (Set Produções) defendeu que não deve existir o grupo de planejamento, pois é incoerente com todo o trabalho realizado por este coletivo, em diversas reuniões realizadas até aqui para reagir a uma decisão de cima pra baixo. Maria Emília (Instituto Tecnoarte) e

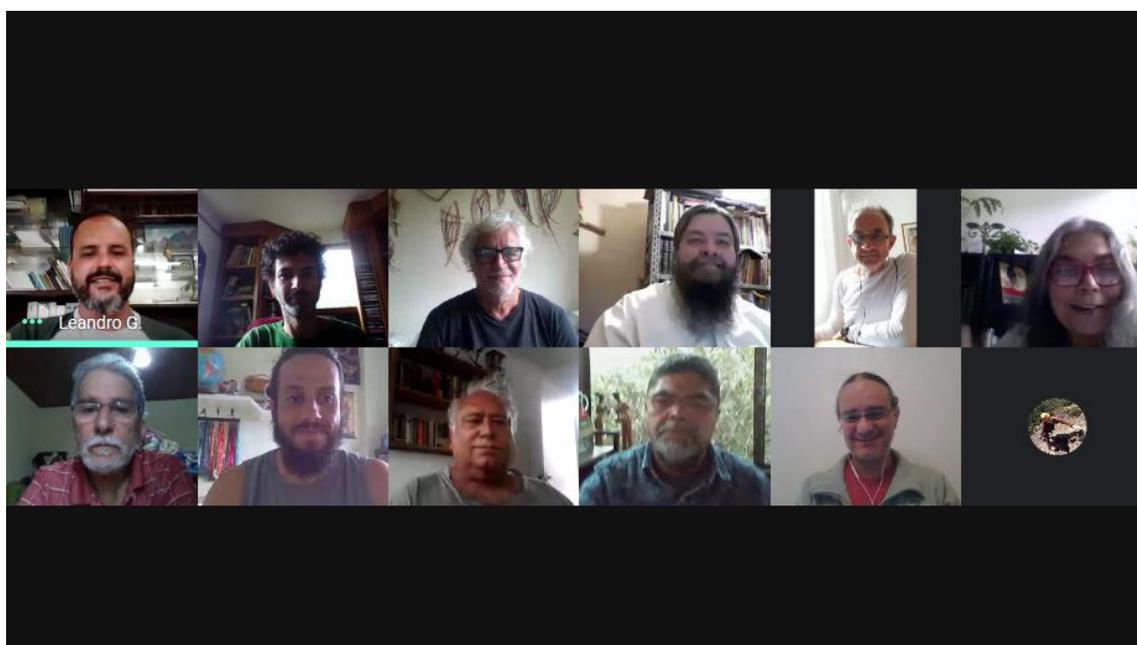
Francisco 'Chicão' Pontes (Instituto Nacional de Tecnologia e Uso Sustentável - INNATUS) e Artur Esteves (Notur Travel) manifestaram concordância com Cristina e Selma. Rafael pediu a palavra para justificar o interesse de participação no fórum, entendendo que o NGI já é realidade e as UC já estão operando em conjunto, e embora o Conselho não aprove, entende que deixar de participar do fórum significa deixar de participar da gestão do Parque e deixar também de defender os interesses sociais representados neste Conselho. Cristina afirmou que o momento é difícil e qualquer posicionamento do Conselho comunica algo e alertou que este coletivo não pode ser conduzido como manada, concordou que o Conselho não pode deixar espaços vazios, mas deve ocupá-los com compromisso perante os posicionamentos assumidos após muitos debates e reuniões registrados em atas e documentos oficiais. Leandro concordou que os conselheiros que entrarem no GT de organização do planejamento serão representantes do Conselho, e não de cada instituição-membro em particular, então a primeira manifestação que solicitou ao Conselho é se gostaria ou não de participar dessa primeira etapa de planejamento, entendendo que a não participação seria bastante plausível e não significa que o Parque deixaria de cumprir seus objetivos, pois esta é uma obrigação dos servidores públicos federais aqui lotados. Leandro, entretanto, manifestou seu entendimento de que o pior dos cenários seria não termos um planejamento em um momento desfavorável, o que significaria uma desarticulação total do NGI; lembrou que grande parte das demandas dos Conselhos foi acolhida, como a manutenção das bases e das sedes, bem como na prática as UC vêm funcionando como já funcionavam anteriormente, graças aos esforços da sociedade civil. Concluindo, Leandro afirmou que no caso específico do NGI Teresópolis entende que a participação do Conselho no planejamento pode dar oportunidade de colocar seu posicionamento dentro do processo e que seria muito interessante para organizar as atividades das cinco UC de forma integrada. Chicão defendeu que neste momento o Conselho deve se manter coerente com o posicionamento contrário ao NGI que assumiu desde o início do processo e não deve participar do GT de planejamento, e perguntou como os demais Conselhos de UC se posicionaram. Leandro respondeu que os Conselhos da APA Petrópolis e da REBIO Tinguá decidiram participar do planejamento, enquanto o Conselho da APA Guapi-Mirim e ESEC Guanabara não se reuniu e, portanto, não tomou posição. Não havendo mais inscrições, Marcus sugere como encaminhamento abrir regime de votação para decidir se o Conselho participa ou não do GT de organização do fórum de planejamento do NGI Teresópolis. Cristina sugeriu que se preveja um segundo encaminhamento para, no caso de aprovação da participação no GT, se abra uma discussão sobre a forma como se dará esta representação. Leandro esclareceu que, mesmo não participando do GT de organização do fórum, o GT será formado e todos os conselheiros serão convidados para o fórum de planejamento. Selma reforçou então que, havendo a possibilidade de participar do fórum, não participar do GT é uma forma de manter a coerência com o posicionamento assumido e reforçar que o Conselho não pretende participar da estruturação de algo de que discorda. Rafael defendeu que a organização da oficina de planejamento, que é técnica, difere do posicionamento a favor ou contra o NGI, e que a oficina de planejamento não seria o lugar para questionar a criação do Núcleo; assim, Rafael pediu aos conselheiros que elejam pessoas dispostas a participar desse planejamento. Marcos (ISCA) pediu que o Conselho se atenha ao objetivo do Conselho e ao fato de que o NGI por enquanto é uma realidade, e se há um processo para planejar como ele será gerido, participar é uma oportunidade de influenciar nas atividades para todas as vozes, mesmo as dissonantes. Arthur (AGUIPERJ) reforçou a fala de Selma, defendendo a participação ativa no fórum, já que o Conselho não pode impedir sua realização, mas defendeu que aderir à sua organização seria incoerente com a decisão

oficial do Conselho contra o NGI. Regilaine Rosa (Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Magé) corroborou a tese da participação das instituições conselheiras no fórum de planejamento, contribuindo assim com a gestão do Parque, mas defendeu que o Conselho não participe oficialmente de sua organização, o que seria incoerente com seu posicionamento e enfraqueceria o processo que questiona a implantação do NGI. Não havendo mais inscrições para falas, Marcus (Secretaria Executiva) propôs que o Conselho entrasse em regime de votação, quando não há mais espaço para manifestações, pedidos de esclarecimento ou defesas de propostas; e acordou que chamaria nominalmente os conselheiros titulares e, em sua ausência, os suplentes, até o número de representações de cada setor da sociedade; acordou também que cada conselheiro deveria proferir o voto “a favor” ou “contra” a eleição de 3 (três) representantes para participar do GT de organização do fórum de planejamento do NGI Teresópolis. Em regime de votação, manifestaram-se a favor da proposta: Alexandre (Instituto Tecnoarte) e Fernando Pessoa (CEFET Petrópolis), totalizando 2 (dois) votos; manifestaram-se contra: Regilaine (Magé), Artur (Notur Travel), Selma (Set Produções), François (UNICERJ), Arthur (FEMERJ), Leo (Associação de Amigos e Colaboradores do PARNASO), Renata (AMA Quebra Frascos), Clarisse (AM Cascata dos Amores), Ricardo Monteiro (UFRJ) e Clara Lemos (UERJ), totalizando 10 (dez) votos; e abstiveram-se os conselheiros: Raimundo Lopes (Secretaria Teresópolis) e Antonio (OAB), totalizando 2 (duas) abstenções. Considerando a ausência de alguns conselheiros durante este momento, Marcus encerrou o regime de votação e anunciou a totalização dos votos, declarando que o CONPARNASO resolveu não eleger representantes para a organização do fórum de planejamento do NGI. Encerrado este ponto de pauta, Marcus convida Jorge ‘Julião’ Nascimento (ICMBio) para dar início ao ponto 4) Informes do Encontro Saúde Ambiental e Conservação da Biodiversidade; Julião cumprimentou os presentes e anunciou que o relatório do Encontro está em início de elaboração, lembrando que o evento terminou há poucos dias; relatou que a comissão organizadora fez uma reunião de avaliação do evento e que o considerou muito positivo, enfatizando a experiência do formato virtual que foi novo para todos; agradeceu a todos os participantes, que interagiram intensamente pelos chats e afirmou que, ainda que tal participação não se compare a um encontro presencial, contribuiu para elevar a qualidade dos debates dentro das possibilidades que se apresentavam; Julião lembrou que os próximos encontros podem ter transmissão pela internet e reafirmou a necessidade de aprimoramento do uso das ferramentas digitais; pediu desculpas pelas falhas técnicas, explicando que os organizadores executaram o Encontro ao mesmo tempo em que aprendia o uso das ferramentas; Julião convidou a todos que não conseguiram acompanhar o evento a acessarem as atividades pelo canal do Encontro na plataforma Youtube, através do link divulgado pelo chat da reunião e reproduzido a seguir, <https://www.youtube.com/channel/UCAjcsxE6XauQqKyq89hct9g>, onde ainda é possível interagir com comentários. Na oportunidade, Clara Lemos (UERJ) divulgou também o link referente ao conjunto dos trabalhos publicados, disponíveis em <https://www.youtube.com/channel/UCAjcsxE6XauQqKyq89hct9g/playlists>. Por fim, Julião agradeceu a todas as instituições que organizaram o evento, lembrando que as Câmaras Temáticas do Conselho já começaram a pensar nos encontros do próximo ano e, por fim, convidou os interessados a se somarem às CT. Artur (Notur Travel) perguntou sobre a previsão de publicação dos Anais do Encontro, ao que Julião informou que será criado um ISSN (International Standard Serial Number, em português Número Internacional Normalizado para Publicações Seriadas) voltado à gestão das UC da região, que abarcará os Anais do Encontro deste ano e do ano passado, e previu que até março estes anais estarão disponíveis. Breno reforçou a grande vantagem de o Encontro ficar perpetuamente

registrado na internet, podendo ser visualizado mais vezes por mais pessoas, aumentando a projeção da comunicação científica que é o principal objetivo do evento; reforçou também a harmonia entre os eventos integrados de Pesquisa, Educação Ambiental, Gestão das Águas e Gestão das Unidades de Conservação; por fim, enfatizou o dia dedicado ao Encontro do Mosaico da Mata Atlântica Central Fluminense, lembrando que o Mosaico optou por manter-se em atividade, não mais como Conselho, em respeito ao Decreto Federal nº 9.759/2019, que suprimiu este e outros Conselhos, mas atuando agora como Fórum Permanente e assumindo como prioridade aprofundar o tema da Restauração Florestal no território, acompanhando o movimento internacional que a ONU está propondo para a Década de Restauração de Ecossistemas. Acatando o encaminhamento proposto por Breno, Marcus dá início ao ponto de pauta 5) Informes das Câmaras Temáticas e Informes Gerais, sugerindo que cada CT aproveite seus informes para também fazerem um balanço do evento, tendo em vista que a ele estiveram voltadas muitas de suas atividades nos últimos meses. Cristina Lydia parabenizou todos os organizadores e participantes, e considerou o evento mais integrado do que em outros anos, quando os eventos diversos foram também organizados em conjunto; Cristina enalteceu a qualidade dos debates e apresentações, convidando a todos a assistirem as atividades; por fim, lembrou que a REASO, que se reúne junto com a CTEA (Câmara Temática de Educação Ambiental e Cultura) comemorou seu aniversário de 10 anos e recebeu muitas adesões durante o evento. Selma (Set Produções) informou que a CTEA realizou muitas reuniões focadas no Encontro e, no intuito de promover ações integradas, está identificando ações de Educação Ambiental no território, através de um formulário da REASO em que cada educador(a) ambiental relata suas ações e se situa em um mapa. Selma ficou de enviar o link para a Secretaria Executiva a fim de que os conselheiros tenham acesso ao formulário e possam participar da rede. Maria Emília (Instituto Tecnoarte) parabenizou o Conselho pela coerência e maturidade na reunião de hoje, e divulgou o movimento Pacto Pelo Rio, articulado pela Federação das Fundações Privadas do Estado e que pretende resgatar e estimular o desenvolvimento sustentável do Estado do Rio de Janeiro, convidando todos a conhecerem sua página oficial <https://pactopelorio.org.br/>; Maria Emília divulgou também o Oásis Lab Guanabara, um evento articulado pelo INEA, Firjan e Fundação O Boticário, que se transformou num movimento pela Baía de Guanabara que pretende trabalhar a segurança hídrica da região, tendo dois projetos aprovados com recursos garantidos no montante de 3,5 milhões de Reais através do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) com a Petrobrás/Complexo Petroquímico do Estado (COMPERJ), entendendo que estes movimentos constituem oportunidades para atuação das instituições-membro do CONPARNASO. Artur (Notur Travel) propôs que a Câmara Temática de Turismo e Montanhismo (CTTM) se engaje também na organização do próximo encontro, ao que Zé Waitz (Morador do Quebra Frascos) sugeriu que a referida CT dê início à concepção de seu primeiro encontro; Marcus sugeriu que a CT discuta e trabalhe os temas prioritários a serem inclusos num próximo evento. Sobre as atividades da CTTM previstas para 2021, Artur informou sobre a volta das atividades da Arqueotrilha e do planejamento de um curso de observação de aves, já que por inúmeras dificuldades não houve reuniões da CT este ano. François (UNICERJ) solicitou informe sobre a implantação da nova Sede Petrópolis, ao que Leandro respondeu que a área já foi adquirida e está em posse do ICMBio, e lembrou que em outubro de 2019 foi elaborado um cronograma de desembolso de recursos de compensação ambiental disponível na Caixa Econômica Federal (CEF) para elaboração de projetos arquitetônicos e de utilização do espaço, contando com a parceria de um estudo de mestrado, que contribuiu com ideias para a nova sede; Leandro informou que a disponibilização desses recursos teve um atraso

burocrático por parte do ICMBio, por ser o primeiro ano de execução dos recursos de compensação ambiental por intermédio do banco, porém recebeu há cerca de duas semanas um comunicado da CEF informando o reinício da elaboração dos projetos executivos e que em breve marcará uma reunião com o PARNASO para definição dos produtos esperados para a implantação da sede; assim, Leandro previu que a execução desses projetos estará inclusa no Plano Operativo Anual (POA) do NGI Teresópolis para 2021. Antonio (OAB) perguntou se há previsão para início da restauração da Capela da Sede Guapimirim, ao que Leandro respondeu que ocorreram as mesmas dificuldades com a CEF e que há um processo parecido com aquele referente à Sede Petrópolis, porém deverá seguir para aprovação do Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (INEPAC), por se tratar de um bem tombado; Leandro informou ainda que, como medida paliativa até que haja a restauração, o Parque elaborou um projeto de cobertura da Capela para protegê-la das intempéries, a ser custeado com recursos do orçamento da União, prevendo que até a próxima semana a Capela estará devidamente protegida, e que as obras de restauração deverão começar em meados de 2021. Artur (Notur Travel) afirmou que tanto a Capela quanto o Museu von Martius precisam de atenção com relação a restauração e a prevenção de incêndios, e sugeriu que a equipe do Museu seja capacitada pelos bombeiros para usarem corretamente os extintores de incêndio. Arthur (AGUIPERJ) perguntou sobre uma construção no acesso à Pedra Comprida, que se localiza na área do PARNASO em Petrópolis; perguntou também sobre o estado atual do funcionamento do Parque, considerando as restrições impostas pela pandemia do novo coronavírus. Leandro informou que, a respeito das atividades permitidas na pandemia, o Parque segue os Decretos Municipais vigentes, e que Teresópolis e Guapimirim já autorizaram a reabertura dos Parques, mas Petrópolis não, por isso o PARNASO permanece fechado no município. Com relação a denúncias de modo geral, Leandro informou que o Parque as tem recebido e atendido, mas está com o corpo técnico reduzido para fiscalização de campo, por conta das medidas preventivas que instituíram o trabalho remoto para servidores que se inserem nos critérios estabelecidos em norma. Com relação às denúncias de obras irregulares no Bonfim, Leandro lembrou que fogem ao estabelecido em Temo de Compromisso com a Comunidade e que há previsão de vistorias no local. Zé Waitz (Morador do Quebra Frascos) convidou os presentes para o evento ao vivo pelo Youtube “Conversa sobre Habitação Popular e Melhorias Habitacionais”, a ser promovido na data de hoje às 21 horas pelo grupo Teresópolis em Ação com a arquiteta e urbanista Mariana Estevão, enfatizando que o assunto é de interesse do Conselho e tem relação com a gestão da Zona de Amortecimento do Parque. Raimundo Lopes (Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Teresópolis) informou que nos dias 25 e 26 de novembro, durante o V Congresso Acadêmico-Científico do Unifeso, ocorreu uma atividade conjunta da Secretaria de Meio Ambiente com o Centro Universitário, no âmbito das Salas Verdes que estas instituições mantêm, cujo tema foi a Agenda 2030 da ONU e seus 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, na qual foi elaborada uma carta dirigida ao Prefeito eleito reivindicando seu comprometimento com estas questões, logrando o êxito de receber a assinatura do Prefeito; Raimundo ficou então de divulgar e encaminhar a carta-compromisso para o CONPARNASO, no intuito de dar a oportunidade ao Conselho e suas Câmaras Temáticas de se apropriarem dessas propostas e incorporá-las ao seu planejamento. Artur (Notur Travel) perguntou sobre as demandas que apresentou na última reunião em relação à volta da medalha von Martius e os monumentos em homenagem aos voluntários e aos brigadistas, ao que Marcus respondeu que as propostas foram muito bem recebidas por todos, mas que precisam ser trabalhadas e detalhadas no âmbito da CTIM; Artur perguntou também se há previsão de retorno do funcionamento da lojinha na Sede Teresópolis, já que o verão está

chegando e o número de turistas aumenta consideravelmente, e a questão precisa ser resolvida. Leandro respondeu que foi aberto um processo para emitir uma permissão de caráter precário, até que haja uma nova concessão no ano que vem, em que todos os serviços, incluindo a lojinha, estarão abarcados; Leandro lembrou que a concessão à empresa Hope venceu em julho de 2020, porém foi prorrogada por mais um ano devido à pandemia e aos prejuízos advindos da devolução de ingressos já vendidos e da cessação dos lucros durante o fechamento do Parque; Leandro, por fim, informou que o processo de permissão precária está em fase de instrução e estudo de viabilidade para posterior chamamento público. Raimundo perguntou qual o prazo para apresentar sugestões de pauta para as Reuniões Ordinárias CONPARNASO, ao que Marcus respondeu que as sugestões podem ser encaminhadas até a data da convocação, com 7 (sete) dias de antecedência da reunião. Por fim, Leandro informou sobre a criação de um Grupo de Comunicação no âmbito do Programa de Voluntariado do NGI ICMBio Teresópolis que está produzindo o boletim “Folha ICMBio Teresópolis”, cuja primeira edição foi lançada no último dia 1º de dezembro e encaminhada ao Conselho; Leandro enfatizou que este canal atende a sugestões de conselheiros, e se presta a constituir mais um canal de comunicação com a sociedade para divulgar as ações desenvolvidas nas UC do NGI, acrescentando que o boletim está disponível para as instituições-membro dos Conselhos submeterem matérias e divulgarem seus trabalhos na região; por fim, informou que o boletim é mensal e será divulgado na primeira semana de cada mês, e solicitou que as críticas, contribuições e sugestões de matéria sejam enviadas por e-mail para icmbioteresopolis@icmbio.gov.br ou para voluntariado.icmbioteresopolis@icmbio.gov.br. Finalizados os informes, Leandro agradeceu a participação de todos e deu por encerrada a reunião às 12h45.



QUADRO DE FREQUÊNCIA

(legenda: presença ■, ausência justificada ■, ausência ■)

SETOR	INSTITUIÇÃO E NOME	Frequência												
		2020					2021							
		11/03	27/05	10/06	09/09	09/12	10/03	09/06	08/09	08/12				
REGULADORES DOS USOS DO TERRITÓRIO	Órgão Gestor da UC	Titular: PARNASO / ICMBio Leandro do Nascimento Goulart Carlos Alexandre Fortuna (Substituto)												
	Mosaico da Mata Atlântica Central Fluminense	Titular: RPPN Ecovila El Nagual Horst Erhard Kalloch Edvandro Abreu Ribeiro (Substituto)												
	Órgão Estadual de Meio Ambiente	Titular: REVIS da Serra da Estrela / INEA Eduardo Pinheiro Antunes Felippe Pereira Silva de Andrade (Substituto)												
	Prefeitura Municipal de Teresópolis	Titular: Secretaria Municipal de Meio Ambiente Raimundo Lopes Paulo Bandeira (Substituto) Suplente: Secretaria de Desenvolvimento Social Marcos Jaron												
	Prefeitura Municipal de Petrópolis	Titular: Gabinete do Prefeito Ilka Beatriz Albuquerque Fernandes Suplente: Secretaria de Meio Ambiente												
	Prefeitura Municipal de Guapimirim	Titular: Secretaria Municipal do Ambiente Sandra Helena Arruda da Silva André Medas de Andrade (Substituto)												
	Prefeitura Municipal de Magé	Titular: Secretaria Municipal de Meio Ambiente Vanessa Silva Regilaine Rosa (Substituta)												
USUÁRIOS DO TERRITÓRIO	Turismo	Titular: Notur Travel Artur Esteves												
		Suplente: BR Ecotur Adventure Rafael Rezende												
	Comercio e Serviços	Titular: Set Produções Selma Vianna												
		Titular: Nau Sports Maria Lucia Porto												
		Suplente: Athos Hotel Helena Sobreira												
	Produção Rural	Titular: Fazenda Boa Esperança Francis de Camaret												
		1º Suplente: Associação Agroecológica de Teresópolis Elaine Pitombo Fernando Aunton (Substituto)												
		2º Suplente: Associação dos Produtores Rurais do Bonfim Ivan Cruz e Silva Marco Antônio Coelho (Substituto)												
Montanhismo	Titular: Federação de Montanhismo do Estado do Rio de Janeiro - FEMERJ Waldecy Mathias Lucena Laura Pires de Souza Petroni (Substituta)													

ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO		Titular: Federação das Associações de Moradores de Guapimirim - FAMMUG Tamyres Souza													
		1° Suplente: AMA Km 3 José Miguel da Silva													
		2° Suplente: AMA Jardim Guapimirim João de Salles; Sandra Demétrio (Substituta)													
		3° Suplente: AMA Citrolândia Isac Ramos Brandão													
		4° Suplente: AMA Bananal Romero Souza													
		5° Suplente: Associação do Jequitibá Roberto Domingos													
	Universidades e Instituições de Ensino, Pesquisa e Extensão	Titular: CEFET Campus Petrópolis Fernando Amaro Pessoa Marcelo Faria Porreti (Substituto)													
		Titular: Centro Universitário Serra dos Órgãos - UNIFESO Tatiana Calandrino Maranhão Vivian Telles Paim (Substituta)													
		Titular - Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ - Instituto de Biologia Ricardo Monteiro Blanche Bitner Mathé (Substituta)													
		1° Suplente: Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ – Departamento de Turismo Clara Carvalho de Lemos Rafael Ângelo Fortunato (Substituto)													
		2° Suplente: Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ Márcia Chame													
		3° Suplente: Bicho do Mato Instituto de Pesquisa Leonardo Oliveira													
		4° Suplente: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO - Instituto de Biociências Andrea Furtado Macedo													
		5° Suplente: Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ - Instituto de Geociências Maria Naíse de Oliveira Peixoto Núbia Beray Armond (Substituta)													

PRESENTES:

Conselheiras/os:

Leandro do Nascimento Goulart, Presidente CONPARNASO - ICMBio

Horst Erhard Kalloch - RPPN Ecovila El Nagual - Mosaico Central Fluminense

Eduardo Antunes - REVIS da Serra da Estrela - INEA

Raimundo Lopes - Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Teresópolis

Regilaine Rosa - Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Magé

Artur Esteves - Notur Travel

Rafael Rezende - BR Ecotur Adventure

Selma Vianna - Set Produções

François Carvalho de Paiva - UNICERJ

Arthur Garcia Solleiro Estevez - AGUIPERJ

Leo Bittencourt - Associação de Amigos e Colaboradores do PARNASO

Antônio Seixas - Ordem dos Advogados do Brasil – Magé / Guapimirim
Alexandre de Almeida - Instituto Tecnoarte
Maria Emília Nascimento - Instituto Tecnoarte
Francisco Pontes de Miranda - INNATUS
Cristina Lydia - Rede de Educação Ambiental da Serra dos Órgãos - REASO
Angela França de Oliveira - Agenda 21 de Guapimirim
Marcos Werneck - Instituto Samambaia de Ciência Ambiental
Renata Gouveia - Associação de Moradores e Amigos do Quebra-Frascos
Clarisse Isnard - Associação de Moradores da Cascata dos Amores
Fernando Pessoa - CEFET Petrópolis
Ricardo Monteiro - UFRJ - Instituto de Biologia
Clara Lemos - UERJ - Departamento de Turismo

Convidadas/os:

Bernardo Brito - Coordenação Geral de Criação, Planejamento e Avaliação de Unidades de Conservação - CGCAP/ICMBio
Luciana Mota – Coordenação de Elaboração e Revisão de Planos de Manejo - COMAN/ICMBio
Jorge 'Julião' Nascimento - PARNASO
Breno Herrera – PARNASO
Philippe Ribeiro e Silva - Voluntariado PARNASO
Ricardo Amaral, da AMA QUEBRA-FRASCOS e síndico do Condomínio Paço de São Luiz.
Zé Waitz - Morador do Quebra Frascos
Isabella Chamberlain - Coordenadoria de Estudos Ambientais/INEA
Beatriz Nassur - mestranda PUC-Rio
Gabriel Amaral - Voluntariado PARNASO
Janine Maffei - Voluntariado PARNASO
Marcus Gomes – Secretaria Executiva CONPARNASO